



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- Ata n.º 356 -----

-----  
----- Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pela Senhora Primeira Secretária, Maria Lúcia Braga Araújo, e pela Senhora Segunda Secretária, Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** "Apreciação e votação da Ata n.º 355 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"; -----

----- **Ponto dois:** "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA".

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** "Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA"; --

----- **Ponto dois:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do Interesse Público Estratégico do Projeto de Alteração e Ampliação da Clínica Ibervita, de acordo com o art.º 79.º-A do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia;" -

----- **Ponto três:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento Geral de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações Desportivas do Município de Anadia, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 3 do RAMA"; -----

----- **Ponto quatro:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do Município de Anadia para os anos 2021/2025, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA"; -----

----- **Ponto cinco:** "Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para contratação de empréstimo para a financiamento da aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros elétricas, nos termos conjugados do previsto na alínea f), do n.º 1 e no n.º 4, ambos do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro." -----

----- **Período de Intervenção do Público:** -----

----- "Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP; -----
- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD; -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
  - • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP; -----
  - • Fábio Alexandre Pereira Almeida – GM do PPD/PSD; -----
  - • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
  - • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
  - • Victor Manuel Santiago Tavares – GM do PPD/PSD; -----
  - • Elisabete da Conceição Aguiar Garrido – GM do MIAP; -----
  - • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
  - • Marco António Dias Carvalho – CDS/PP; -----
  - • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP; -----
  - • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do PPD/PSD; -----
  - • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP; -----
  - • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
  - • Filipa Cardoso Tomás – GM do PPD/PSD e -----
  - • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP. -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
  - • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita; -----
  - • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos; -----
  - • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
  - • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
  - • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
  - • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas e -----
  - • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguium e Óis do Bairro. -----
- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais do respetivo GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – PNT – PJF de Avelãs de Caminho e -----
  - • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
  - • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Vereador; -----
  - • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
  - • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
  - • Anabela Fernandes de Melo – PPD/PSD – Vereadora; -----
  - • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência e -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Ricardo César Galante Oliveira Manhão – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. –

----- Apresentados os cumprimentos, com uma saudação especial para todos os que seguem em direto esta sessão da Assembleia Municipal através do canal YouTube, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os presentes para o cumprimento e para a observância das regras de proteção e controlo do COVID.-----

----- De imediato começou por dar nota dos pedidos de substituição, com base no artigo décimo segundo do RAMA, apresentados pela Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que informou que se faria substituir por Fábio Alexandre Pereira Almeida e pela Senhora Deputada Municipal Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP, que informou que se faria substituir por Marco António Dias Carvalho, sendo as acima referidas substituições efetuadas nos termos do artigo décimo sexto do mesmo Regimento. -----

----- Os pedidos foram aceites nos termos do artigo décimo sexto da mesma norma legal tendo sido verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os presentes para a necessidade de assinarem o Livro de Presenças. -----

----- Antes de passar à ordem de trabalhos aprovada pela Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente informou o plenário de que se encontrava disponível para consulta toda a correspondência recebida e expedida pela Mesa da Assembleia Municipal, no intervalo das sessões, conforme preceituado na alínea s), do número um, do artigo vigésimo primeiro do RAMA, destacando algumas informações enviadas pela Senhora Presidente da Câmara, relativas ao reforço da capacidade financeira de freguesias, bem como uma síntese dos benefícios sociais concedidos entre 2017/2021. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha sido emitida uma nota de imprensa para reforço da informação e publicitação desta sessão. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa, confirmada a presença de vinte e oito Senhoras e Senhores Deputados Municipais na sala, a sua legitimidade, e constatada a existência de quórum, conforme previsto no número um, do artigo trigésimo segundo do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram catorze horas e quarenta e nove minutos, a qual anunciou ter sido convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA, e cuja organização de trabalhos observaria o preceituado nos artigos trigésimo quinto, trigésimo sexto e trigésimo sétimo do supracitado Regimento e em obediência ao contido no Decreto-Lei n.º 6-D/2021, no que se refere ao prazo para discussão das matérias em apreço e aprovação da prestação de contas.-----

----- Apresentada a informação relativa às presenças e procedimentos regimentais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, de seguida, iriam passar ao **Período de Antes da Ordem do Dia**: -----

----- **Ponto um do Período de Antes da Ordem do Dia:** "Apreciação e votação da Ata n.º 355, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*de Anadia (RAMA)*". -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao plenário e não havendo qualquer pedido de intervenção colocou a Ata à votação, tendo anunciado, como resultado, num universo de vinte e dois Deputados, a aprovação da Ata n.º 355, respeitante à sessão ordinária realizada no dia 23 de junho de 2021, por maioria, com vinte e um votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Vítor Manuel Santiago Tavares e João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar.-----

----- Não participaram na votação da ata os Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP Aníbal José Franco Ferreira e Elisabete da Conceição Aguiar Garrido, os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Fábio Alexandre Pereira Almeida e Filipa Cardoso Tomás e o Senhor Deputado Marco António Dias Carvalho, do CDS-PP, por se encontrarem abrangidos pelo disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não terem participado na reunião de que a referida ata faz registo.-----

----- Aquando da votação não se encontravam presentes os Deputados do Grupo Municipal do MIAP António Rafael das Neves Timóteo, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT. -----

-----**Ponto dois do Período de Antes da Ordem do Dia:** "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA*". -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, que efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----  
Exma. Senhora Presidente da Câmara, -----  
Começo por apresentar os meus cumprimentos, sendo os mesmos, através de V. exas., extensivos a todos os presentes nesta sala, bem como a todos os que assistem a esta sessão remotamente. -----*

*Sra. Presidente, nesta que é a última sessão deste mandato de quatro anos em que 18 meses para já ( quase metade do mandato ) fica marcado por um fenómeno novo não só nas nossas vidas, mas também na qualidade da gestão autárquica, e tendo já esta assembleia aprovado a prestação de contas relativas ao ano transato com as taxas de execução que se conhecem, apesar da situação pandémica e de exceção referida.-----*

*Agora que já se conhece qual o montante máximo que o governo disponibiliza para o apoio a essas despesas extraordinárias, a minha pergunta é: -----*

*Qual é a verba já contabilizada que ficará efetivamente a cargo do município com todas as despesas relacionadas com a pandemia de Covid 19?" -----*

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara que, depois de cumprimentar todos os presentes e em resposta ao



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Deputado, afirmou que os investimentos necessários ainda não acabaram e que segundo o Orçamento de Estado o acesso às candidaturas permite apenas obter um apoio de 150.000,00 euros, valor bastante exíguo para o que o Município teve efetivamente de despende e que ficou perto dos 500.000,00 euros. Não apresentamos todas as despesas, por não valer a pena, e foi elaborada uma candidatura no valor de 160.000,00 euros, mas o investimento efetivo foi na ordem dos 450.000,00 euros, sem contar com a perda de receita para o Município, que foi superior a 350.000,00 euros, nomeadamente no apoio nas tarifas da água e nas rendas que não foram cobradas.-----

----- Continuando afirmou que o conjunto de verbas que o Município teve de despende e o que teve de deixar de receber, atingiu um montante na ordem dos 800.000,00 euros, mas a pandemia ainda não acabou e que após o início do novo ano letivo não sabemos o que nos espera.-----

----- Interveio a Senhora Deputada Elisabete Garrido, do Grupo Municipal do MIAP, que depois de cumprimentar todos os presentes, solicitou à Senhora Presidente da Câmara Municipal informações sobre a abertura e o funcionamento do canil municipal. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu à Senhora Deputada informando-a que o Município teve de fechar as contas com o empreiteiro e realizar o que faltava fazer e adjudicar os trabalhos exteriores. Neste momento o edifício está praticamente em condições para receber o equipamento e quando reunir todos os requisitos necessários entrará em funcionamento, com os recursos humanos que temos e com aqueles que estamos a contratar. -----

----- Devidamente autorizado interveio o Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que leu um artigo, num jornal de âmbito nacional, que dava conta de que o Município de Anadia iria ser contemplado com verbas destinadas à habitação social, provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência. Pelo que questiona se essas verbas se destinam à edificação de habitação a custos controlados para famílias extremamente carenciadas, e em caso afirmativo se já existe um plano para a localização dessas habitações. Em relação ao Loteamento de Ancas solicitou informação quanto ao número de lotes vendidos e ao número de lotes ainda disponíveis -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado e relativamente à Estratégia Local de Habitação a Senhora Presidente da Câmara efetuou um resumo de todo o processo de candidatura e dos procedimentos seguintes, nomeadamente quanto à submissão dos projetos a aprovação e posterior assinatura do acordo de financiamento, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência. Em relação ao Loteamento de Ancas informou que, além de um lote de terreno que foi vendido há alguns anos, foram vendidos em hasta pública nove lotes, restando para venda oito lotes.-----

----- Interveio o Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, solicitando informações sobre o canil municipal, particularmente, quanto ao estado do processo que consta da lista de processos judiciais, quanto ao procedimento de recolha dos animais e quanto à previsão exata para que a questão do canil esteja resolvida, porque existem zonas no



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho onde aparecem mais de 50 cães em grupo, o que se torna num caso perigoso.-----

----- Continuando informou que irá requerer nova informação sobre os valores correspondentes às despesas com o COVID, face à disparidade entre os números apresentados pela Senhora Presidente da Câmara e os que foram indicados quando fizeram a solicitação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que fossem dados elementos por intervenção da Câmara Municipal.-----

----- Relativamente à habitação social solicitou informação sobre a localização dos fogos a construir e se os mesmos ficarão em conjunto ou dispersos pelo Concelho. -----

----- Seguidamente o Senhor Deputado Municipal afirmou que soube através das redes sociais que já teria sido assinada uma minuta para a construção da rotunda de Aguium, pelo que solicita informações. -----

----- Por fim e relativamente à transportadora que se está a instalar em Famalicão, afirmou pretender saber até que ponto é que a Câmara tomou conhecimento, deu autorização ou pura e simplesmente foi posta perante o facto.-----

----- Relativamente ao canil municipal a Senhora Presidente da Câmara informou o Senhor Deputado Municipal que poderá visita-lo e verificar como está. O que falta fazer é a pavimentação exterior, a colocação das vedações exteriores, a colocação do mobiliário e do equipamento e a instalação das câmaras de videovigilância. Quanto à implantação do canil afirmou que o mesmo está instalado em terrenos do Município. -----

----- Em relação ao COVID 19 informou o Senhor Deputado Municipal que quando quiser números detalhados terá todo o gosto em lhos dar, porque ainda poderá ficar mais surpreendido quanto ao total das despesas com os apoios prestados aos mais diversos níveis e que serão muito superiores aos que referiu.-----

----- Na questão da habitação social, que preferia que lhe chamassem também habitação a custos controlados, a Estratégia Local de Habitação que foi aprovada não é só para o investimento público, pois também permite investimento privado para obras de requalificação. Em relação ao investimento Municipal a ideia é criar alguma dispersão entre Sangalhos, Anadia e Ancas, e celebrar um protocolo com alguns gabinetes que possam dar apoio às pessoas que venham à Câmara candidatarem-se a estes projetos, porque de facto irão necessitar de apoio para a candidatura, para o projeto e para a instrução do processo. -----

----- Para terminar referiu não saber a que transportadora é que o Senhor Deputado se refere e que não conhece nenhuma transportadora que se esteja a instalar no Concelho de Anadia. -----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, informando a Senhora Presidente da Câmara Municipal que não tinha respondido à questão da rotunda e afirmando, em relação à transportadora, que a Senhora diz que desconhece, o que é verdade é que há terraplanagens feitas, há furos feitos e fala-se que é uma transportadora que vem da Mealhada e que está junto à autoestrada.-----

----- Em relação ao canil o Senhor Deputado questionou se a Veterinária Municipal continuará disponível só à terça-feira e à quinta-feira e se a partir do momento em que o canil comece a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionar estará a tempo inteiro com exclusividade ou se vai ficar só a tempo parcial.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara, em relação à questão da rotunda, informou o Senhor Deputado que o assunto tinha sido ontem analisado na reunião do Executivo e que poderia ter perguntado aos seus vereadores que o poderiam informar sobre os documentos que foram à reunião da Câmara. O que foi à reunião da Câmara foi uma proposta de acordo de gestão, a ser celebrado entre o Município de Anadia e as Infraestruturas de Portugal, na sequência de muitos ofícios, conversas e reuniões online, que não será assinado no imediato porque há algumas situações que têm de ser clarificadas, nomeadamente a estimativa da EDP do custo do projeto de iluminação pública. O que o documento refere é que o Município se irá assumir como o dono da obra, irá lançar a obra a concurso e a obra será comparticipada pelas Infraestruturas de Portugal, e os encargos relativos à iluminação pública e aos arranjos paisagísticos e ajardinamento da rotunda mais tarde serão objeto de protocolo para os devidos efeitos. Agora temos que informar as Infraestruturas de Portugal se o Município aceita as condições, sob pena de cair por terra toda a nossa disponibilidade e a boa vontade que entretanto manifestámos, sabendo nós que eles precisam desta resposta, porque o orçamento de estado tem de ser elaborado e as verbas cabimentadas.-----

----- Prossequindo, afirmou que o Senhor Deputado ainda não tinha dito a localização do licenciamento a que se referiu, mas que estava quase a adivinhar que seria em Famalicão. Relativamente a esse processo efetivamente há movimentação de terras, há um furo que foi licenciado pela Agência Portuguesa do Ambiente e não conhece mais qualquer projeto aprovado para o local. Por parte da Câmara Municipal não existe. Existe um auto de contraordenação que foi levantado pelo Município, um auto de contraordenação que foi levantado pela Direção Regional da Agricultura e um indeferimento por parte da Câmara Municipal de Anadia. Também lhe posso dizer que há pouco fui informada, e já estávamos aqui, que já estava um advogado a consultar o processo, mas fazem parte da vida autárquica estas questões de defesa de interesses de quem quer investir e a defesa dos interesses da população, que têm de estar em primeiro lugar.-----

----- Quanto à Veterinária também é o tempo de as pessoas poderem divagar e dizerem tudo nas redes sociais, mas se calhar há aí um lapso, porque a Veterinária está a tempo inteiro. Tem um horário definido, mas ela está disponível vinte e quatro horas, porque muitas vezes é chamada pelo SEPNA e pelos Senhores Presidentes de Junta já fora do seu horário. A disponibilidade à terça-feira e à quinta-feira tem a ver com o horário de funcionamento do Gabinete que funciona no Mercado Municipal, nos outros dias acompanha os processos relacionados com o seu serviço, estando a maior parte do tempo em serviço externo. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- *“Em janeiro de 2017, o nosso atual Presidente da República, Professor Doutor Marcelo*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Rebello de Sousa afirmou, perante centenas de autarcas de freguesia, na Aula Magna da Universidade de Lisboa, e passo a citar "Pena tenho eu de nunca poder ter desempenhado funções de Presidente da Junta de Freguesia".-----*

*Estas palavras foram proferidas quando se pressionava o Governo para um acordo de regime sobre a descentralização de competências. E acrescentou: "O objetivo deste nosso encontro de hoje é também olhar para o futuro imediato". -----*

*Ora, figuram por este País fora, muitos que se preocuparam mais com o futuro e sem nunca olharem ou terem tomado as suas decisões com base em acordos de regime. Estes, sim, brindaram pela sua dedicação pessoal, prejudicando muitas vezes, a estrutura e equilíbrio familiar e profissional, para o desempenho das funções de Presidente de Junta. -----*

*Mais do que qualificar cargos ou serviços, importa neste momento reconhecer e dignificar a tal disponibilidade, os sacrifícios, o voluntarismo, a missão e o humanismo daqueles que se apresentam, hoje, neste mandato, nesta Assembleia Municipal, num último momento. -----*

*Os presidentes de Junta de Freguesia são o exemplo do descrito. Este Órgão enquanto provido de funções de fiscalização e de deliberação, não pode deixar de passar em vão o Vosso caminho em prol dos outros, dos concidadãos, das empresas e do concelho e freguesias que representaram. Foram momentos difíceis os que se seguiram às eleições: incêndios, a tempestade Leslie e agora a pandemia Covid-19. Mas vocês estiveram lá... estão cá! -----*

*Fica, acima de tudo, a Gratidão, o Sonho, o Empenhamento, a Dedicção, o Diálogo, a Capacidade, a Construção, o Exemplo, a Imagem, o Caráter e a Obra Feita. Obrigado! Muito obrigado. -----*

*Por tudo isto, esta Assembleia não pode ficar indiferente a Vocês, independentemente da cor política, do maior ou menor gosto pelo estilo, da liderança mais ou menos eficiente ou eficaz tidas.-----*

*Estamos e estaremos reconhecidos pelos Vossos trabalhos, enquanto autarcas, e em especial, os autarcas António Carvalho, António Floro e Manuel Veiga. -----*

*Resta-me olhar agora para os membros da Assembleia Municipal que também se apresentam numa última ação. E permitam-me a veleidade de reconhecer as lideranças das bancadas. E para falar da bancada do MIAP, um profundo reconhecimento ao nosso líder, Luís Santos que, com a sua experiência, tenacidade, resiliência, esforço e capacidade, mais uma vez deu um excelente contributo para a democracia ser uma realidade e não uma utopia. A bancada, e tenho quase a certeza que das outras também há essa identificação, reconhece esse árduo, mas profícuo trabalho de suporte, de confronto, de luta política, de equidade e de capacidade demonstradas.-----*

*A todos Vós, o nosso reconhecimento, político, humano e social.-----*

*A todos, bem-hajam e votos de muito sucesso para o futuro." -----*

*----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que após cumprimentar todos os presentes e corroborar as palavras do Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, abordou o problema do suposto mau funcionamento das bocas de*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incêndio, a propósito do incêndio que se verificou na Zona Industrial do Paraimo, o que já não é novidade porque na altura dos incêndios de outubro de 2017 também foram registados e foram abordados numa sessão da Assembleia de Freguesia de Sangalhos, questionando se é possível a Senhora Presidente da Câmara Municipal prestar algum esclarecimento adicional que nos ajude a perceber o porquê deste mau funcionamento e enquanto Presidente do Conselho Municipal de Segurança o que é que pretende fazer a esse respeito.-----

----- Sobre a Moção do nó de acesso à autoestrada informou que o Grupo Parlamentar do PCP tinha solicitado esclarecimentos ao Governo, que informou que a fundamentação da necessidade da criação de um novo nó tinha de ser suportada em estudos técnicos aprofundados, nomeadamente quanto ao tráfego, e uma análise de custos financeiros atualizados e que a ligação a uma via concessionada à Brisa, e não prevista no atual contrato de concessão, obriga a um pedido de reequilíbrio financeiro por parte da concessionária. Pelo que questiona se a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal receberam alguma resposta à Moção aprovada e se estão previstas algumas medidas que possam ir ao encontro, de forma a acelerar o processo.-----

----- Por último solicitou esclarecimentos sobre a empreitada de pavimentação dos passeios da Rua Manuel Ribeiro, em Anadia. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, a Senhora Presidente da Câmara afirmou que as bocas de incêndio na Zona Industrial do Paraimo funcionam bem, como funcionam noutros locais e são necessárias. O problema é que quando surgem incêndios de grandes proporções as bocas de incêndio não largam o caudal e não têm a pressão que é de todo necessário e indispensável para um abastecimento rápido dos carros de combate a incêndios. Numa situação de emergência rapidamente os depósitos de água baixam e a população fica sem abastecimento. -----

-----No caso de Sangalhos, no incêndio de terça-feira, das 12 horas às 17 horas, em que esteve todo o dispositivo montado, foram consumidos 600 metros cúbicos de água. A água que chega a Sangalhos vai de Anadia. Chega primeiro ao reservatório de Sá e a saída para o outro depósito é de 70 metros cúbicos por hora. O volume de água que é necessário para um combate destes não é possível de garantir só com os depósitos de água que existem na rede. A opção é termos carros autotanques disponíveis, para que rapidamente estejam no local e que de imediato possam abastecer os carros de combate ao incêndio. Esta é a realidade de quase todos os dispositivos de incêndio. -----

----- Em relação ao nó de acesso à autoestrada o que nos foi dito pelo Senhor Ministro das Infraestruturas, que já foi Secretário de Estado, que já foi Deputado eleito pelo Círculo de Aveiro, é que reconhecia que o nó de acesso à autoestrada era uma prioridade. Mas o Senhor Deputado, depois Secretário de Estado e hoje Ministro esqueceu-se de tudo aquilo que disse e que até está registado e eu já lhe mandei uma missiva a recordar aquilo que disse e hoje esqueceu.-----

----- A quem compete fazer o estudo de viabilidade económica é à Brisa que é a concessionária.



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Estado diz que compete à concessionária e a concessionária diz que só precisa de autorização. A resposta que já ouvi há dois anos e há um ano atrás, é que vamos entrar num processo de negociação com a concessionária para rever a concessão e obviamente incluiremos esta proposta de Anadia. A própria Brisa está à espera de uma reunião com a tutela para negociar a concessão e como é a interessada já tem os estudos feitos. A comunicação que foi feita ao Ministro foi digam-nos lá quais são os estudos que vocês pretendem para a Câmara Municipal também os assumir e vos apresentar em concreto para ver se há viabilidade ou não. –

----- Quanto à pavimentação dos passeios na Rua Manuel Ribeiro estava a ouvi-lo e parecia que estava a ler um mail que, entretanto, me mandaram. Na empreitada foi renovado o abastecimento de água e procedeu-se ao arranjo dos passeios públicos que estavam demasiado deformados. Em relação aos passeios que estão na parte dos logradouros, em conjunto temos de analisar a situação, fazer uma estimativa dos trabalhos que têm de ser realizados e a Câmara Municipal com o representante de cada bloco, terão de se envolver para ajudar a resolver esta questão.-----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado Marco António, do CDS-PP, que após cumprimentar todos os presentes solicitou informações sobre a situação dos terrenos das antigas escolas de Anadia e o ponto da situação do leilão dos lotes habitacionais que fazem parte do projeto do Parque Urbano de Anadia. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara informou o Senhor Deputado que o processo de negociação da permuta está deferido, despachado pelas várias entidades: Secretaria de Estado, Direcção-Geral do Património e pelo Senhor Primeiro Ministro, que também teve de validar, e da nossa parte já foi aprovada a minuta do contrato e submetido ao Tribunal de Contas, que tem de aprovar este negócio, para posterior assinatura do contrato. Quanto aos terrenos junto ao Parque Urbano a última hasta pública ficou deserta. -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, solicitou esclarecimentos sobre a requalificação da Rua de Trás, nomeadamente em relação ao revestimento dos passeios e ao espaço destinado ao estacionamento. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Câmara para informar o Senhor Deputado que a obra ainda não terminou e que irá ser colocada a sinalização vertical de forma a regular os locais de estacionamento. Quanto aos passeios o revestimento é que é diferente e as pessoas mais idosas até preferem que o passeio seja mais regular do que se for executado em calçada. -----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para afirmar, em relação às informações que a Senhora Presidente da Câmara nos transmitiu sobre o nó de acesso à autoestrada e até porque estamos a entrar num processo de negociações para o Orçamento de Estado, sugerir passar essa informação de que já existem esses estudos para confrontar o Governo.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara interveio afirmando que não é preciso dizer mais nada, porque basta que eles se sentem à mesa com a concessionária para resolverem o problema. Eles sabem bem o que é que têm. Quando a própria tutela nos diz que precisam de mais



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estudos, que concretize perante o Município de Anadia que estudos é que querem mais, porque nós já lhes demos provas da necessidade, para a tecido económico, da implementação do nó de acesso à autoestrada.-----

----- Tendo sido ultrapassado o tempo regimental previsto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, e iniciou, de imediato, o **Período da Ordem do Dia.** -----

----- **Ponto um do Período da Ordem do Dia:** *"Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA".* -----

----- Com enquadramento no ponto um do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação da atividade da Câmara Municipal, tendo esta afirmado que o documento é exaustivo e que a intenção é no fundo fazer refletir neste documento as principais intervenções do Município, os principais investimentos, nas diferentes áreas, também dar nota dos processos que correm termos judiciais e a parte financeira, pelo que me colocarei à vossa disposição, para se por ventura quiserem ter algum assunto esclarecido ou alguma informação complementar, estarei à vossa disposição.-----

----- No período destinado à apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, intervieram: -----

----- O Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, para dar nota da relação Freguesia-Município, nomeadamente a assinatura do protocolo de cedência das instalações da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Avelãs de Cima e zona envolvente, para apoio à piscina recentemente construída para uso de toda a população.-----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, questionando o porquê do atraso da empreitada de alteração dos balneários da pista XCO e se estava previsto algum esclarecimento adicional à população sobre o a Requalificação Ambiental e Paisagística do Monte Crasto, porque nem todos veem esta requalificação como um bem essencial para Anadia, conforme foi afirmado pela Senhora Presidente da Câmara.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para informar o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que a empreitada dos balneários da pista XCO é daquelas que estão um bocadinho condenadas desde o princípio, já esteve adjudicada, mas tivemos de mandar o empreiteiro embora. Iniciamos outro procedimento concursal e conseguimos adjudicar novamente a empreitada. Mas existe falta de mão de obra e falta de materiais que justificam o atraso. Mas espero que a que a obra não passe para o orçamento de 2022 e que fique concluída em curto espaço de tempo. No entanto as provas previstas realizaram-se. -----

----- Quanto à requalificação Ambiental e Paisagística do Monte Crasto é um processo que está em fase de adjudicação e não fará qualquer sentido, nesta fase e neste tempo, fazer qualquer sessão, que até poderia ser mal-entendida. Mas é uma obra que os anadienses há muito



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

requeriam, nomeadamente até o Senhor Deputado Rui Bastos, que reclamava o arranjo paisagístico do Monte Crasto e perguntava quando é que intervínhamos, porque andava de orçamento em orçamento com uma dotação baixa. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando ter percebido agora, depois dos esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara, o atraso da empreitada na pista XCO. -----

----- Relativamente à afirmação que a Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu que eu andava aqui a solicitar pelo Monte Crasto, não é totalmente verdade e passo a esclarecer o porquê. Abordei a temática do Monte Crasto, mais do que uma vez, mas sempre enquadrado no que foi aprovado no âmbito da ORU, que votei a favor, mas que referia um procedimento diferente deste. O procedimento aprovado na ORU levava em linha de conta um levantamento por causa do centro interpretativo e depois, a partir daí, uma requalificação face ao que era identificado. Neste momento está a funcionar só a segunda parte e daí a minha estranheza. ----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal interveio referindo não sei se entendi muito bem, porque há ali uma baralhada de ideias ou então sou eu que estou baralhada. O que estava na ORU não tem nada a ver com o que lançámos a concurso. A ORU é no fundo uma intenção de intervenções, que identificou diversos pontos de intervenção privada e pública. Na intervenção pública estão identificadas várias situações de propostas de intervenção e de requalificação de espaços públicos, incluindo a Rua dos Olivais, e o Monte Crasto foi uma delas. Mas não tinha mais nada, era apenas a identificação do espaço do Monte Crasto. A questão da requalificação e do centro interpretativo para mim são duas coisas diferentes e também já me ouviu dizer aqui que gostaria de fazer naquele local um centro interpretativo e há espaço para o fazer e será sempre uma mais valia e um complemento a esta requalificação. -----

----- O Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro Óscar Ventura, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que trazia uma questão para colocar sobre a rotunda na Nacional 1, mas que ficou devidamente esclarecido com as informações já prestadas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e que irá informar os seus fregueses. Aproveitou para agradecer a disponibilidade e a preocupação que a Senhora Presidente da Câmara tem tido para apoiar a Junta de Freguesia, nomeadamente os trabalhos efetuados nas Avenidas Novas, que estavam parados há mais de vinte anos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para pedir desculpas ao Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro Óscar Ventura, do Grupo Municipal do MIAP, por não lhe ter passado a informação à semelhança do que tem feito até agora em relação a este processo, mas que será formalmente e oficialmente comunicado à Junta de Freguesia o acordo aprovado em reunião do Executivo. Continuou afirmando que desde que iniciaram as obras de requalificação das Novas Avenidas da Curia, têm tido algumas interpelações de pessoas que mostraram alguma apetência em começarem a construir naquela zona. -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Senhora Deputada Ana Paula Allen, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, perguntou como é que está o processo do edifício do SLAT junto ao hospital. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informando que o processo está em fase de conclusão e que foi conseguido no âmbito da transferência de competências, nomeadamente na questão do património. A transferência será apenas do direito de superfície por 52 anos, não passando para a propriedade do Município de Anadia, mas legitima qualquer intervenção de requalificação naqueles edifícios, que são o antigo SLAT de Anadia, onde serão colocados os serviços do INEM, e o antigo SLAT de Sangalhos, onde será colocado um posto de multibanco e o restante espaço será dedicado ao associativismo, pelo que estamos a aguardar que nos seja enviado o documento assinado pelas partes. -----

----- O Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros António Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, comentou a intervenção do Senhor Deputado Municipal José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, sobre o elogio aos Presidentes de Junta de Freguesia, e como esta era a última sessão da Assembleia Municipal em que participaria, despediu-se fazendo um agradecimento público a todas as pessoas que com ele trabalharam. Terminou agradecendo à Senhora Presidente da Câmara Municipal tudo o que fez pelas Freguesias e pelo Concelho. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrado o Ponto Um do Período da Ordem do Dia. -----

----- **Ponto dois do Período da Ordem do Dia:** *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do Interesse Público Estratégico do Projeto de Alteração e Ampliação da Clínica Ibervita, de acordo com o art.º 79.º-A do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia."* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que após solicitação de um Senhor Deputado Municipal relativamente à exiguidade de informação quanto a este assunto e depois de aceite pela Mesa da Assembleia Municipal, foi solicitado à Senhora Presidente da Câmara Municipal que nos fosse dada toda a informação disponível, tendente ao esclarecimento do ponto, pelo que concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo. -----

--- A Senhora Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para que o Senhor Arq.º Adelino Neves e o Senhor Dr. Hugo Fonseca procedessem à apresentação do ponto, que é muito simples e que o que está em causa é um procedimento que é possível fazer, que basicamente é nivelar a altura dos pisos, no sentido de viabilizar este investimento que esta entidade pretende levar a bom porto. Foi à Câmara Municipal e foi aprovado por unanimidade, teve de ser sujeito ao período de discussão pública e não houve qualquer intervenção relativamente a este processo e hoje está presente nesta Assembleia para que a mesma se manifeste e possa prestar o reconhecimento do interesse público para viabilizar este investimento. -----

----- Após a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Técnicos Municipais



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concretizaram a apresentação da proposta, encontrando-se cópia em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante. -----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto dois do período da ordem do dia, e na discussão do mesmo, intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, alertando para o excesso de trânsito e para a falta de lugares de estacionamento, a certas horas do dia, na Rua das Sobreiras, questionando se com o aumento da oferta por parte da instituição, que provocará um aumento do trânsito, esta situação foi contemplada no projeto. -----

----- Devidamente autorizado o Senhor Arq.º Adelino Neves informou que em termos regulamentares o PDM para os equipamentos não definiu regras específicas da dotação de estacionamentos, porque era difícil quantificar para a diversidade de equipamentos uma dotação de estacionamentos em função dos utentes. Há uma regra genérica que é "devem ser considerados os suficientes". Mas não há um parâmetro que nos permita dizer se estão previstos os suficientes ou não, pelo que não podemos dizer que há um incumprimento porque não há uma regra definida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmando que como só há uma entrada para os serviços de saúde e para os serviços de geriatria, as pessoas têm tendência a estacionarem junto há entrada. Como o projeto prevê entradas diferentes a situação já não será a mesma. Mas como existe espaço, é uma recomendação que deve ser feita na apresentação do projeto definitivo que vierem a apresentar, na medida em que é do interesse deles, do Município e obviamente de todos os que frequentam aquele espaço. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando haver todo o interesse em ver reforçado o tecido empresarial dentro do Concelho, como forma de atrair a população jovem com a criação de postos novos efetivos e que tecnicamente nada há a dizer sobre a fundamentação que foi apresentada. Questionou a Senhora Presidente da Câmara se tem conhecimento se existem alguns lares ilegais e se os postos de trabalho que serão criados com a ampliação serão a tempo parcial. Terminou afirmando que relativamente à parte técnica não havia mais nada a acrescentar. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que sobre a primeira pergunta não iria responder porque não é matéria que faça parte deste ponto, mas que se o Senhor Deputado conhecer alguma situação a Segurança Social é a entidade responsável pela fiscalização do funcionamento destas unidades. Continuando declarou que temos de acreditar nos promotores quando nos dizem que vão criar X postos de trabalho e que vão alargar o número de camas. Parte-se do princípio que para uma boa resposta é impossível atender com as mesmas pessoas. Quanto ao regime de contratação referiu não fazer a mínima ideia, porque é uma questão que não é colocada a qualquer promotor. Caberá à Segurança Social através das suas inspeções verificar se as instituições cumprem ou não minimamente. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para reforçar a sua intervenção



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anterior em relação à criação dos postos de trabalho, nomeadamente quanto aos postos de trabalho indiretos e a influência que tiveram para o Concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmando que estamos aqui para decidir do interesse público desta ação e não da fiscalização de funcionamento. Há projetos, há avaliações técnicas e depois há uma avaliação dita política que é feita pela Assembleia Municipal, no sentido de avaliar o interesse para o Município. -----

----- O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, agradeceu aos técnicos da Câmara Municipal que de uma forma tão clara, objetiva e concreta, expuseram esta questão. Do ponto de vista técnico reteve duas questões que foram mencionadas pelos técnicos: os requisitos técnicos que se encontram no Regulamento do PDM de Anadia foram cumpridos, os requisitos externos também foram cumpridos. Depois foi feita uma auscultação pública da qual não resultou nenhuma questão favorável ou contrária a esta pretensão. Deste modo esta pretensão tem de ser votada favoravelmente. -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que afirmou que pretendia fazer duas perguntas que são necessariamente técnicas: sendo o Montouro uma unidade operativa de planeamento e gestão, sendo considerado o OPG2, no n.º 3 do art.º 77.º refere que para as restantes OPG, portanto neste caso, deveria ser elaborado um Plano de Pormenor. Pretendia saber se o Plano de Pormenor está dispensado. Outra questão também técnica, na unidade 2, segundo diz aqui, o ordenamento, num dos princípios gerais que diz, diz que não se deve ocupar uma área superior a 0,45 no espaço em que esta área se insere. Pelo que gostaria de saber se lhe podem confirmar que ultrapassa este espaço, 0,45, e se efetivamente é desnecessária a elaboração de um Plano de Pormenor. -----

----- Devidamente autorizado o Senhor Dr. Hugo Fonseca afirmou que se tem de fazer uma leitura cruzada do Regulamento do PDM, o n.º 2 do art.º 50.º refere-se aos espaços com solo urbanizável *"quando as intervenções propostas assumam correta articulação formal e funcional com áreas contíguas urbanizadas e não comprometam o desenvolvimento futuro das áreas urbanizadas, admite-se a ocupação do solo urbanizável com recurso a operações urbanísticas avulsas"*, que é o caso. Esta norma de exceção foi introduzida em 2019. -----

----- Novamente o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que afirmou, sem discutir a opinião e sem sequer contestar, que salvo melhor opinião deveriam ter acrescentado no art.º 77.º, n.º 3 *"que deveriam ser elaborados Planos de Pormenor, exceto quando se desse a aplicação do 50.º"*, porque uma coisa é o que está na Lei e outra coisa é a interpretação que nós damos. E sabemos que a interpretação da Lei é casuística e como tal não me custa nada aceitar esse vosso entendimento. Em relação ao 0,45 não me respondeu ainda, mas penso que terá uma justificação lógica, porque não teria lógica que fosse feito de outra maneira. -----

----- Novamente e devidamente autorizado o Senhor Dr. Hugo Fonseca interveio afirmando que o 0,45 se refere às OPG. O 0,45 é orientação para a elaboração dos Planos de Pormenor, como



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos numa operação urbanística avulsa vamos aplicar os parâmetros que são aplicados ao solo urbanizável, e por sua vez o solo urbanizável, como não tem parâmetros definidos, remete para o que está no solo urbanizado, que sejam da mesma categoria. Por isso os parâmetros aplicáveis são aqueles que são previstos para os espaços residenciais. -----

---- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida no art.º 79.º-A do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia, deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do Interesse Público Estratégico do Projeto de Alteração e Ampliação da Clínica Ibervita, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante.-----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados Ana Paula dos Santos Alves Allen e Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT. ---

----- **Ponto três do Período da Ordem do Dia:** *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento Geral de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações Desportivas do Município de Anadia, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia:"* -----

----- Com enquadramento no ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta afirmado que é um documento um bocadinho basto e que todos tiveram a oportunidade de ler. Foi aprovado em reunião de Câmara, esteve em discussão pública, na qual não houve qualquer manifestação relativamente ao mesmo e hoje está aqui para aprovação. No fundo o que pretendemos é efetivamente ter um Regulamento que defina e regule as orientações de utilização das instalações desportivas, com exceção do Velódromo, da Pista de BMX e da Pista de XCO, que são estruturas que essencialmente estão disponíveis para o desporto de alto rendimento, e que se os Senhores Deputados tiverem alguma dúvida, estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento. -----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto três do período da ordem do dia, e na discussão do mesmo, intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que abordou o assunto relacionado com a prioridade de utilização das estruturas desportivas, questionando se um almoço organizado por uma instituição apoiada pela Câmara Municipal, teria prioridade em relação a uma atividade desportiva, se a Câmara assim o entendesse. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara perguntando ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, se tem algum exemplo em concreto que queira apresentar, porque nunca foi essa a forma de estar



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara Municipal. Se por ventura está a falar de um almoço dos idosos promovido pelo Município no Dia do Idoso, que aconteceu no Pavilhão Municipal, ou por ventura do jantar de funcionários, nunca deixámos de ter a devida coordenação com as Associações ou com as Coletividades. Temos defendido o Município de Anadia como Município do Desporto pelo que em primeiro lugar está o desporto. É esse o princípio que tem estado subjacente nas questões desportivas e no bom entendimento com todas as Coletividades e todas as Associações. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando poder dar vários exemplos como a Feira Social e iniciativas no âmbito do vinho, mas não está a dizer que a Câmara o vá fazer, é de opinião que na alínea a) do n.º 1 do art.º 29.º seja colocada a atividade desportiva, de forma a tornar mais transparente um regulamento que, fora isto, está muito bem redigido.-----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento Geral de Gestão, Funcionamento e Utilização das Instalações Desportivas do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Fábio Alexandre Pereira Almeida, Vítor Manuel Santiago Tavares e Filipa Cardoso Tomás, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, e do Deputado Marco António Dias Carvalho, do CDS-PP, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados José Manuel Oliveira Carvalho, António Rafael das Neves Timóteo, Carlos Dinis da Silva Torres e Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP, e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT.-----

----- **Ponto quatro do Período da Ordem do Dia:** *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do Município de Anadia para os anos 2021/2025, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia:"*-----

----- Com enquadramento no ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, que afirmou que os documentos são explícitos e que a revisão orçamental surge como resultado de uma receita que o Município tem a possibilidade de receber e reforçar o seu orçamento, que resulta da recuperação do IVA referente aos anos de 2019 e



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2020, no montante de 66.132,00 euros, de outras verbas que finalmente chegaram resultantes das despesas com os danos causados pelo furacão Leslie no Município de Anadia, outra verba de 33.000,00 euros transferida pela DGAV e outras resultantes da aprovação de candidaturas, nomeadamente a requalificação da Escola de Tamengos e da candidatura que fizemos ao POSEUR, Anadia Valoriza Mais Biorresíduos. Ontem em reunião de Câmara aprovámos os procedimentos para os concursos públicos de aquisição de uma viatura para recolha dos biorresíduos e para aquisição de contentores especiais, para responder a esta candidatura. Terminou afirmando que se os Senhores Deputados tiverem alguma dúvida, estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento. -----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto quatro do período da ordem do dia, e na discussão do mesmo, intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para tecer algumas considerações sobre esta revisão orçamental, começando por dar os parabéns à Senhora Presidente da Câmara Municipal, porque no âmbito da proteção do ambiente e da conservação da natureza, finalmente é criada uma rubrica que acaba por comunicar com maior transparência a questão da limpeza dos Rios Cértima e da Serra. Terminou solicitando esclarecimentos em relação ao aumento de algumas rubricas relacionadas com o ambiente, em relação ao reforço da verba de conservação de bens se inclui a reparação do ar condicionado do Museu do Vinho e a diminuição de outras relacionadas com a Estratégia Local da Habitação e o porquê da apresentação de um novo estudo relacionado com a mesma e a que fim se destinava. -----

---- A Senhora Presidente da Câmara informando o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, de que não dispunha no momento de todos os elementos, mas que na matéria do ambiente está a parte da gestão de resíduos, da limpeza do Rio da Serra, da requalificação do Monte Crasto e o Centro de Recolha de Animais. Referiu que a limpeza dos Rios Cértima e da Serra nunca esteve em causa, quanto mais não seja por uma rubrica genérica. Mas como está a ser feita a requalificação do Rio Levira com o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente, pretendemos reivindicar uma intervenção, paga pela APA, no Rio Cértima e no Rio da Serra, porque as intervenções que têm sido feitas têm sido à custa de investimento do Município de Anadia. A necessidade de aparecer a rubrica específica é porque em qualquer protocolo é solicitada a questão da rubrica e do cabimento. Em concreto ela surge aqui desta forma. -----

----- Continuando afirmou que na conservação de bens não está incluído o ar condicionado do Museu do Vinho, mas todas as conservações que são necessárias no dia a dia. Em relação à reparação do ar condicionado do Museu do Vinho, o estudo que temos já não passa por um investimento de 50.000,00 euros. Recentemente só para o Velódromo tivemos de investir mais de 200.000,00 euros e neste momento o Museu do Vinho, que nunca teve nenhuma intervenção a nível do ar condicionado, passa por um investimento muito superior. -----

----- Em relação à Estratégia Local da Habitação o dinheiro que consta da revisão é para a realização dos projetos de execução das intervenções que nos propomos realizar. E esses projetos têm de ser feitos fora, porque nós não temos capacidade para em pouco tempo termos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os projetos prontos para serem apresentados e ser celebrado o contrato de financiamento, que será a 100% se for no âmbito do PRR ou será a 75% ou 85% se for no âmbito de outros fundos, nem que seja do 2030. -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para questionar no seguimento das candidaturas relativas aos resíduos, o Município de Oliveira do Bairro tem lançado uma campanha de ecopontos domésticos, pergunta se está previsto lançar uma coisa do género aqui no Município. Porque muitos dos munícipes continuam a amontoar o lixo, para não se deslocarem 10 metros e isso seria uma boa maneira de habituar as pessoas a terem algum cuidado na maneira como depositam o lixo nos diversos locais que existem. -----

----- Relativamente ao orçamento não têm dúvidas a pôr, porque como a Senhora muito bem diz o dinheiro é colocado numa rubrica, mas depois se for preciso é transferido para outra desde que seja necessário. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em complemento a uma resposta que à pouco não deu, nós começamos um orçamento a pensar que vamos fazer uma determinada intervenção e foi o caso da Estratégia Local de Habitação, que tardou a sua aprovação, e obviamente que o Município tem de ter os pés assentes na terra, porque senão tem de ir pedir dinheiro à banca, para tudo e mais alguma coisa. E havendo esta oportunidade de financiamento esperámos por ela. Estivemos à espera que o acordo fosse assinado, que houvesse esse compromisso, para dar o passo seguinte. Isto pode ser um pouco, pouco eleitoralista, mas quem tem a responsabilidade de gestão deve atuar desta forma e dar garantias para o futuro. E foi isso que foi feito e logicamente vamos caminhar para os projetos das várias unidades que nos propomos realizar e esse dinheiro, que inicialmente estava previsto na Estratégia, não será para a construção, uma parte será para os projetos como é óbvio. -----

----- Continuando afirmou que o programa da distribuição dos contentores porta a porta é também um dos nossos objetivos, mas num programa diferente dos biorresíduos. Recordou que esta é a segunda maior candidatura que temos neste quadro comunitário e neste programa do POSEUR. Um deles foi a questão do investimento para as perdas de água. E este programa sai fora do Centro 2020. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, solicitando esclarecimentos sobre as intervenções nos espaços de atividades económicas da Rua do Alto da Torre e também na do Vale do Salgueiro. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmou que estamos num processo de alteração à revisão do PDM, o que nos permite libertar estas áreas das unidades operativas. Uma das exigências que nos é feita é que esteja definido, em termos orçamentais, as rubricas com intervenções que o Município possa vir a desenvolver, nomeadamente nas infraestruturas, no complemento para o desenvolvimento dessas áreas. É este um dos sinais que tivemos de dar para estas duas zonas, que têm potencial de desenvolvimento económico e industrial, e no âmbito da revisão orçamental possamos justificar e ver se conseguimos facilitar este processo. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano do Município de Anadia para os anos 2021/2025, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Fábio Alexandre Pereira Almeida, Vítor Manuel Santiago Tavares e Filipa Cardoso Tomás, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, e do Deputado Marco António Dias Carvalho, do CDS-PP, um voto contra, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e zero abstenções. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados José Manuel Oliveira Carvalho e Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP, e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT. -----

----- **Ponto cinco do Período da Ordem do Dia:** " *Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para contratação de empréstimo para a financiamento da aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros elétricas, nos termos conjugados do previsto na alínea f), do n.º 1 e no n.º 4, ambos do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro:*"

----- Com enquadramento no ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, afirmando que este já não é um tema novo, é uma candidatura que o Município fez para a aquisição de duas viaturas elétricas, que obriga ao abatimento de outras duas viaturas. A candidatura foi aprovada e temos de seguir as regras. Para que haja o financiamento para uma delas a aquisição tem de ser através do sistema de leasing. Para adquirir duas viaturas por cerca de 50.000,00 euros não havia a necessidade de termos de recorrer a um sistema leasing. Mas foram as regras que o Estado estabeleceu para as candidaturas. A única proposta foi apresentada pela Caixa Geral de Depósitos e como o leasing é um empréstimo, tem de ter a autorização da Assembleia Municipal. Terminou afirmando que se os Senhores Deputados tiverem alguma dúvida, estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento. -----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto cinco do período da ordem do dia, e na discussão do mesmo, intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, questionando se está prevista a colocação de pelo menos mais um posto de carregamento que possa dar subsistência a todos os veículos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elétricos.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmou que esta candidatura não tem nada a ver com a questão dos postos elétricos. Também tentámos fazer uma candidatura para a instalação de postos elétricos. Já existe este – na Praça da Juventude – existe outro na Curia e queríamos instalar outro no Parque Urbano. Mas hoje o mercado é livre e já há operadores que conseguem trabalhar com mais liberdade que o próprio Município. Se não houvesse nenhum estaríamos preocupados, mas neste momento já temos dois e o mercado é livre para outros operadores. A candidatura de renovação de frota para a função pública foi ao Fundo Ambiental e o Governo até gostaria que adquiríssemos estas viaturas e as entregássemos a outros serviços da Administração Central, substituindo-nos obviamente ao Estado. -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que da análise que fez as viaturas serão dois Renault e gostava de passar uma informação que lhe foi passada este fim de semana, que se refere ao seguinte: neste momento já há marcas que deixaram de vender carros a gásóleo, só vendem carros a gasolina, porque as indicações que têm é de deixar de as comercializar, no sentido de o parque começar a ser basicamente híbrido ou mesmo só elétrico. E já há países a proibir, a partir de 2025, a circulação de veículos com determinadas capacidades poluentes e até possivelmente proibir a circulação de carros a gásóleo ou a gasolina. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmando que isto é tudo muito bonito. Em 2025 cá estaremos para ver se essa norma não vai ser revogada. Nós hoje com a maioria dos carros que temos não conseguimos entrar em Lisboa por causa dos anos. Nesta questão dos carros elétricos é preciso que haja no mercado carros disponíveis para venda. O primeiro elétrico que comprámos estivemos seis meses há espera e este vai ser o mesmo processo. Estamos aqui a tratar disto, mas se calhar vamos estar seis meses ou mais há espera que as viaturas sejam entregues. O mercado não tem capacidade de resposta. -----

----- O Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, perguntando se existe algum estudo ou alguma proposta a ser elaborada pela Câmara Municipal, no que diz respeito à mobilidade urbana, nomeadamente trotinetes e bicicletas elétricas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmou que neste momento do Município de Anadia não. Estamos é no âmbito da Comunidade Intermunicipal a trabalhar num processo de uma consultadoria e de uma empresa, que irá elaborar um projeto em conjunto para os Municípios. Uma só adjudicação, mas uma empresa que trabalhará esta situação individualmente para cada Município. Porque hoje para algumas candidaturas, nomeadamente das ciclovias, temos de ter o PAMUS aprovado e logicamente temos de nos enquadrar. -----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo a Assembleia Municipal deliberado, nos termos conjugados do previsto na alínea f), do n.º 1 e no n.º 4, ambos do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, aprovar o pedido de autorização da Câmara Municipal para contratação de empréstimo para o financiamento da aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros elétricas, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Fábio Alexandre Pereira Almeida, Vítor Manuel Santiago Tavares e Filipa Cardoso Tomás, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, e do Deputado Marco António Dias Carvalho, do CDS-PP, um voto contra, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e zero abstenções. Aquando da votação não se encontravam presentes na sala os Senhores Deputados José Manuel Oliveira Carvalho e Fernando Adelino Pina Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP, e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para intervir, só para desanuviar um bocadinho, afirmando que se calhar o Senhor Deputado Tiago Castelo Branco só votou contra porque não há o regulamento das trotinetes, de certeza que foi isso. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação do plenário a proposta subscrita pelo Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que se encontra arquivada junto ao Livro de Atas, para que, nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo primeiro, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), as deliberações a que se referem os pontos dois, três, quatro e cinco do período da ordem do dia, sejam aprovados em minuta, para produzirem efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Submetida à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta tinha sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Fábio Alexandre Pereira Almeida, Vítor Manuel Santiago Tavares e Filipa Cardoso Tomás, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e do Deputado Marco António Dias Carvalho, do CDS-PP, zero votos contra e uma abstenção, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Aquando da votação não se encontravam presentes os Deputados do Grupo Municipal do MIAP José Manuel Oliveira Carvalho e Fernando Adelino Pina Fernandes e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal efetuou a seguinte intervenção: "*Antes de encerrar esta sessão da Assembleia Municipal permitam-me, que dado tratar-se da última deste mandato, agradecer aos Senhores Deputados a forma genericamente cordial e respeitosa que*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*emprestaram ao seu desempenho, permitindo a livre expressão das suas opiniões e o esclarecimento que se impunha. O meu muito obrigado.”* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia. -----

----- Desde logo, deu início ao período de intervenção do público nos termos do artigo trigésimo sétimo do RAMA, informando que de acordo com o Regimento o Período de Intervenção do Público é distribuído pelos inscritos para esse desígnio e a palavra é dada aos cidadãos, no máximo por duas vezes, não podendo cada intervenção exceder cinco minutos, e para o qual se inscreveram a cidadã Flora Maria Costa Leiria, a cidadã Maria José Marques Pires e o cidadão Paulo Alexandre Silva Oliveira.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Flora Maria Costa Leiria que colocou a questão de uma obra de enorme dimensão que está a ser feita na Rua de São Mamede, em Famalicão, e sobre a qual já fez um pedido oficial de esclarecimento, ao qual lhe foi referido que entrou um pedido de licenciamento para um armazém e que estava a ser analisada a situação. Pelo que gostaria de saber, juntamente com as pessoas que estão presentes e residem na proximidade da obra, se a situação está a ser analisada ou se já foi tomada alguma decisão oficial. O dono do terreno tem uma empresa de transportes num Concelho vizinho e foi ventilada a possibilidade de ser construída uma central de transportes. Preocupa-nos imenso essa situação porque há o problema dos ruídos, de resíduos, da contaminação dos solos e a movimentação de veículos de grandes dimensões numa zona residencial. Terminou solicitando informação sobre o ponto da situação, se há uma decisão já oficial ou se ainda está em análise e se de fato é um armazém e quais os materiais que serão armazenados.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação da cidadã e deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para lhe responder. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, em resposta à cidadã Flora Leiria, afirmou que teve algumas interpelações por mail, não só da Senhora, mas também da Maria José, que está aqui e a quem tive a oportunidade de responder que iria verificar junto dos serviços. E ainda ontem à D. Flora Leiria foi feito um ofício, que não sei se já o recebeu hoje ou não, e a resposta era clara. O que foi informado foi que após análise e informações técnicas, foi comunicado ao requerente a intenção de indeferimento, encontrando-se o processo em fase de audiência prévia, conforme determina o art.º 121.º do Código do Procedimento Administrativo. Informa-se ainda que foi constatado no dia 8 de agosto que foram iniciados os trabalhos de remodelação dos terrenos, sem prévio licenciamento, foi de imediato levantado um auto de notícia, encontrando-se o processo de contraordenação respetivo a correr termos no Serviço de Taxas e Licenças. O furo foi autorizado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Os técnicos da Direção Regional da Agricultura vieram ao local e fizeram um auto de notícia, não sei se já levantaram o auto de contraordenação ou não. -----

----- Na questão do processo de licenciamento o que foi pedido foi para a construção de um



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

armazém com parque de estacionamento. Acontece que na memória descritiva dão a indicação que é efetivamente para levar para lá camiões. A construção do armazém é viável porque no PDM está dentro dos perímetros urbanos. A questão está é na atividade e no fim a que se destina. Eles não podem utilizar o terreno todo porque só um bocadinho é que é parte urbana, o restante é reserva agrícola. Mas o regulamento permite-nos indeferir o processo porque está em causa o fim a que se destina. -----

----- O ponto da situação é que não tem licenciamento do Município de Anadia, não tem qualquer autorização, não tem o pedido deferido e ainda tem um auto de contraordenação que foi levantado pela movimentação de terras. -----

----- Terminou afirmando que era isto que tinha para responder. À D. Flora foi explicado e a D. Maria José está aqui a ouvir, porque também me escreveu, e já ficam com a resposta que é possível neste momento. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à cidadã Maria José Marques Pires que afirmou que se tratava da mesma situação, que é uma situação complicada, porque a ser construída uma coisa daquelas ali as suas casas desvalorizavam. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação da cidadã e deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para lhe responder. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, em resposta à cidadã Maria José, afirmou que com base no Decreto-Lei 555/99 o que fizeram foi indeferir o pedido pela ausência de arruamentos ou de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento ou se a obra projetada constituir comprovadamente uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas existentes. Não existe a possibilidade de utilizar o arruamento principal porque, acedendo a um pedido da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, ontem foi deferido, por unanimidade, na reunião do Executivo que na Rua de São Mamede passa a estar proibido o trânsito pesado superior a 5,5 toneladas.-----

----- Foi novamente concedida a palavra à cidadão Flora Leiria que referiu que o acesso que está feito na referida obra não é à Rua de São Mamede, mas à Rua da Escola. Portanto à boa maneira portuguesa às tantas há forma de contornar isto e isso preocupa-nos, porque não é uma zona indicada para este tipo de atividade, porque se trata de uma zona residencial. -----

----- Interveio novamente a Senhora Presidente da Câmara Municipal reafirmando que está justificado, só um bocadinho é área urbana e dali para a frente não há área urbana e mesmo o desenho do arruamento que está lá delineado é reserva agrícola. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Paulo Alexandre Silva Oliveira que afirmou ser morador do Conjunto Residencial do Choupal, que confronta da parte de trás com o recentemente inaugurado Parque Urbano, que lhes trouxe uma série de problemas. Inicialmente foram as máquinas retroscavadoras que andaram a fazer a execução das obras que invadiram o espaço privado, mas corrigiram a situação e apresentaram desculpas. Mas agora o problema é que as pessoas que utilizam o Parque Urbano não têm a ideia de que as traseiras do prédio não fazem parte do Parque,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque não há uma separação física. E para além de vandalizarem o pomar lá existente, utilizam-no para fazerem as suas necessidades. Pelo que solicita à Edilidade que naquela zona crie uma separação física entre o que é espaço público e o que é o espaço privado. -----

----- Afirmou ter feito uma exposição à Senhora Presidente da Câmara Municipal no dia 11 de julho, já falou com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que lhe disse que estavam a ser tomadas medidas, mas já lá vão dois meses e continuamos na mesma situação. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação do cidadão e deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para esclarecer. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao cidadão Paulo Oliveira, afirmou que era de bom tom que o Município vede o Parque Urbano por aquele lado, o que vai ao encontro do que os senhores precisam, mas sem criar ali uma barreira que fique desenquadrada daquilo que já é a construção do Parque Urbano. Compreendo que digam que é muito tempo e o que vos peço é um bocadinho de paciência. Temos a solução delineada, que não será feita com os nossos meios, mas que será adjudicada. -----

----- Interveio novamente o cidadão Paulo Oliveira afirmando que o empreendimento foi valorizado, mas ser valorizado na forma material e não ser valorizado na forma do bem-estar, não dá a mocha para a cornuda. -----

----- Interveio novamente a Senhora Presidente da Câmara Municipal referindo que é um compromisso e um dever da Câmara Municipal proceder à vedação do espaço, que é de bom tom quer para o Parque quer para o vosso espaço, pelo que importa efetivamente fazer essa obra, que tem alguma extensão, mas que tem necessariamente de ser feita. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão ordinária do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um, quando eram dezoito horas e vinte e oito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

A Segunda Secretária -